

Pioneiro

AO
TEU
LADO

Ano 78 - nº 15.629

CAXIAS DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2026



PÁGINA CERTIFICADA

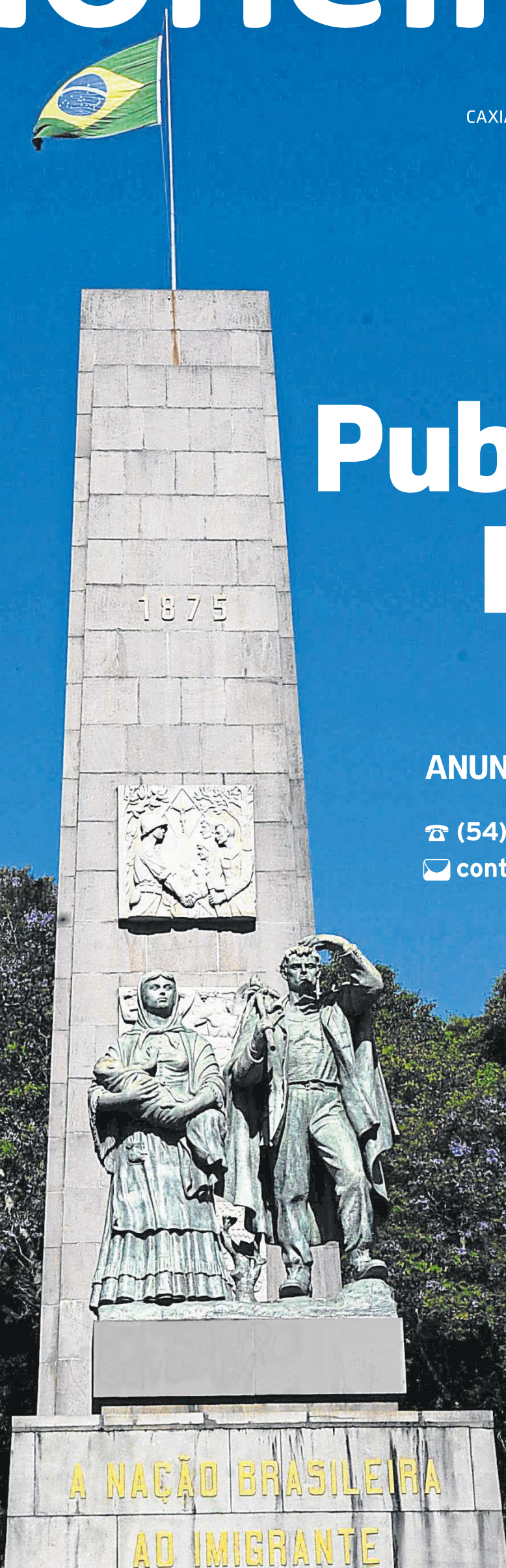
O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Publicidade Legal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ contato.comercial@gruporbs.com.br



A NAÇÃO BRASILEIRA
AO IMIGRANTE

PALFINGER

PALFINGER BRASIL S/A

CNPJ 88.613.856/0001-83
NIRE 43300003345

Relatório da Administração: Aos acionistas da Palfinger Brasil S/A, Caxias do Sul-RS: As Demonstrações Financeiras da Palfinger Brasil S/A ("Companhia") compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Caxias do Sul, 28 de março de 2026.

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício			
	Nota	31/12/25	31/12/24		Nota	31/12/25	31/12/24
Ativo Circulante				Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.969	28.410	Fornecedores	15	534.179	435.583
Contas a receber de clientes	6	102.259	78.810	Impostos a recolher	16	(405.472)	(322.619)
Estoque	7	109.423	98.706	Salários, provisões e contribuições sociais	12	12.597	12.964
Adiantamentos a fornecedores		10.782	7.396	Adiantamentos de clientes		4.920	10.338
Impostos a recuperar	8	9.983	8.479	Outras contas a pagar		1.533	1.311
Outras contas a receber		1.526	1.030	Passivo de arrendamento	11	414	342
Total do ativo circulante		241.942	222.831	Total do passivo circulante		70.290	82.701
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	8	2.013	2.242	Mútuo com partes relacionadas	12	31.265	30.996
IR e contribuição social diferidos	17	21.340	24.118	Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	13	17.385	17.129
Depósitos judiciais	13	899	763	Dividendos e juros sobre capital próprio	14	28.039	7.712
Imobilizado	9	91.647	76.730	Outras contas a pagar		872	1.586
Intangível	10	4.631	4.799	Passivo de arrendamento	11	2.034	2.100
Direito de uso em arrendamentos	11	2.233	2.327	Total do passivo não circulante		79.595	59.523
Total do ativo não circulante		122.763	110.979	Total do passivo não circulante		79.595	59.523
Total do ativo		364.705	333.810	Total do passivo e patrimônio líquido		364.705	333.810

Demonstrações dos Resultados Abrangentes				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	31/12/25	31/12/24			31/12/25	31/12/24	
Lucro líquido do exercício	47.157	37.192	Capital social	111.710	111.710	Correntes	(6.254)
Outros resultados abrangentes	-	-	Ações em tesouraria	(95)	(95)	Diferidos	(9.758)
Total dos result. abrangentes do exercício	47.157	37.192	Reservas de lucro	103.205	79.971		(7.045)
			Total do patrimônio líquido	214.820	191.586		(9.032)
			Total do passivo e patrimônio líquido	364.705	333.810		(2.713)

Demonstração dos Fluxos de Caixa				Reserva de Lucros			
	31/12/25	31/12/24			31/12/25	31/12/24	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			Reservas de Lucro	42.108	42.108	Lucros Acumulados	37.192
Lucro líquido do exercício	47.157	37.192	Reserva Legal	1.860	-	Patrimônio Líquido	163.227
Ajustes:			Ações em tesouraria	(95)	5.713		37.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.778	(7.045)	Reserva de Lucro	20.876	-		-
Depreciações	7.559	7.406	Saldo em 31 de dezembro de 2023	111.710	(95)		-
Amortizações	177	161	Lucro líquido do exercício	-	-		-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	952	3.031	Destinação do Resultado	-	-		-
Provisões de estoque	(684)	1.382	Reserva Legal	-	-		-
Ajuste a valor presente	(394)	109	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-		-
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	256	10.981	Juros sobre capital próprio	-	-		-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	5.153	4.165	Reserva de Lucro	-	26.499		(36)
Outras Provisões	(820)	48	Saldo em 31 de dezembro de 2024	111.710	(95)		(8.797)
Resultado na venda de ativo imobilizado	30	(245)	Lucro líquido do exercício	-	-		(26.499)
	62.164	57.185	Destinação do resultado	-	-		-
			Reserva Legal	-	-		(2.358)
			Juros sobre capital próprio	-	-		(23.923)
			Reserva de Lucro	-	20.876		(20.876)
			Saldo em 31 de dezembro de 2025	111.710	(95)		53.088
							8.009
							42.108

Fluxo de caixa das atividades operacionais:				Reserva de Lucros			
	31/12/25	31/12/24			31/12/25	31/12/24	
Lucro líquido do exercício	47.157	37.192	Capital social	111.710	111.710	Correntes	(6.254)
Ajustes:			Ações em tesouraria	(95)	(95)	Diferidos	(9.758)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.778	(7.045)	Reservas de lucro	103.205	79.971		(7.045)
Depreciações	7.559	7.406	Total do patrimônio líquido	214.820	191.586		(9.032)
Amortizações	177	161	Total do passivo e patrimônio líquido	364.705	333.810		(2.713)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	952	3.031					
Provisões de estoque	(684)	1.382					
Ajuste a valor presente	(394)	109					
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	256	10.981					
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	5.153	4.165					
Outras Provisões	(820)	48					
Resultado na venda de ativo imobilizado	30	(245)					
	62.164	57.185					

Variações nos ativos e passivos			
	31/12/25	31/12/24	
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(24.608)	(19.970)	
(Aumento) redução em estoques	(9.212)	(12.012)	
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(7.529)	(3.655)	
(Aumento) redução em outros ativos	(4.018)	(5.437)	
Aumento (redução) em fornecedores	(3.254)	24.789	
Aumento (redução) em impostos a recolher	(7.368)	2.274	
Aum. (redução) em salários, provisões e contribuições sociais	(375)	1.187	
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(5.883)	4.474	
Pagamento do imposto de renda e contribuição social	6.254	9.758	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.171	58.953	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de intangível	-	(3)	
Aquisições de imobilizado	(22.046)	(9.781)	
Recursos provenientes da venda de imobilizado	26	361	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(6.742)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.592)	(4.397)	
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos aos acionistas	-	(24.976)	
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(4.592)	(36.115)	
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(20.441)	13.055	
Demonstração da variação no caixa e equiv. de caixa:			
No início do exercício	28.410	15.355	
No final do exercício	7.969	28.410	
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(20.441)	13.055	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			
1. Informações sobre a Companhia: Em 24 de julho de 2025, a Madal Palfinger S.A. alterou sua razão social para Palfinger Brasil S.A. ("Companhia"), permanecendo inalterada sua estrutura societária, suas atividades operacionais e suas práticas contábeis. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Flávio F. Bellini, nº 350, Bairro Salgado Filho, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de máquinas industriais e caminhões bem como de suas partes e peças; e a prestação de treinamentos relacionados a todos os produtos mencionados anteriormente, podendo ainda participar de outras sociedades. A composição acionária da Companhia compreende 99,94% de participação da Palfinger Americas GmbH, localizada em Salzburg, Austria, e 0,06% de participação de acionistas minoritários pessoas físicas. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de março de 2026. 2.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: Reforma Tributária sobre o Consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 2.2. Tributação Mínima Global: Em dezembro de 2021, a Organização Mundial de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras de Pillar II para reformular a tributação internacional, visando garantir que as multinacionais elegíveis, isto é, aquelas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros, paguem um imposto complementar sobre os lucros de suas subsidiárias que estejam sendo tributadas a uma alíquota efetiva inferior a 15% por jurisdição (Global Minimum Top-up Tax). No Brasil, em 27 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei 15.079, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra Erosão da Base Tributária (GLOBE Rules), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro estabeleceu um dos mecanismos previstos pela OCDE para as regras do Pillar II, o Qualified Domestic Minimum Top-up Tax (QDMTT). Diversos países já divulgaram legislações ou planos para a adoção das regras do Pillar II e para o cálculo da alíquota efetiva mínima global. Com base nas análises realizadas até o momento, incluindo a aplicação das Regras Simplificadoras (safe harbours), não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras do Brasil relacionados a esse tema. 2.3. Preço de Transferência (Transfer Pricing): Com a publicação da Lei 14.596/23, regulamentada pela Instrução Normativa 2.161/23, o Brasil alinhou seu modelo de Preço de Transferência aos padrões internacionais estabelecidos pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As novas regras determinam que operações transfronteiriças, comerciais ou financeiras, entre partes consideradas relacionadas nos termos da Lei, devem ser precificadas como se fossem realizadas entre partes não relacionadas (princípio do arm's length) para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia se adequou ao novo regime de Preço de Transferência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia revisou suas operações com partes relacionadas para garantir conformidade com as novas regulamentações. Após avaliação, concluiu-se que todas as operações sujeitas às regras de Preço de Transferência estão em conformidade com o princípio previsto no art. 2º da Lei 14.596/23, não havendo, portanto, necessidade de ajustes nos preços de transferência na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. 2.4. Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras ao EUA: Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025. A medida resultou em reações imediatas como: oscilações no câmbio e nos mercados de capitais. A medida pode impactar negativamente diversas empresas em diversos setores da economia brasileira, incluindo, mas não limitado à: queda nas exportações, redução e/ou adiamento de investimentos, volatilidade no câmbio, redução na atividade econômica etc. Para a Companhia, as exportações efetuadas para os Estados Unidos consistem apenas de peças relacionadas a extensão de lanças utilizadas em guindastes de serviços fabricados por outra unidade do grupo Palfinger nos Estados			

práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Caxias do Sul, 28 de março de 2026.

o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no não circulante. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **4.1. Provisões para litígios:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **4.2. Provisões para estoques obsoletos ou de lenta movimentação:** A companhia efetua o provisionamento dos seus estoques de matéria-prima e componentes produtivos como obsoletos ou de lenta movimentação baseado em critérios qualitativos e quantitativos. De forma quantitativa, a companhia compara a quantidade atual do artigo em estoque com a quantidade consumida nos últimos 36 meses e com a quantidade planejada para consumo nos próximos 36 meses, o que for maior. A diferença positiva dessa comparação representa um estoque de giro lento, para o qual uma provisão é constituída. Qualitativamente, são avaliados se os artigos são parte de algum novo projeto ou protótipo, para o qual ainda não há um planejamento de consumo futuro, o que permite desconsiderar tais itens para provisionamento. Em relação ao estoque de peças de reposição, a companhia efetua o provisionamento proporcional a 10 anos de permanência em estoque para atendimento da legislação brasileira de fornecimento de garantia. Por fim, em relação aos produtos prontos, a companhia considera o artigo como de giro lento a partir do sexto mês em estoque proporcionalmente ao período de vida útil de 5 anos. **4.3. Provisões para garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação às probabilidades associadas. **4.4. Ativo Intangível Agio:** O valor registrado na conta de Agio no grupo de ativos intangíveis da Companhia deriva de reestruturação societária ocorrida em junho de 2021 na qual a Companhia incorporou sua controlada Palfinger Tereck Industria de Elevadores Veiculares Ltda, cujo montante de agio gerado na aquisição da própria Palfinger Tereck fazia parte dos ativos registrados na controlada e que foram incorporados. Tal ativo é de vida útil indefinida, não sendo, portanto, amortizado. Anualmente a Companhia efetua análise em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa.

receberão todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Adicionalmente, as perdas esperadas são provisionadas com base no risco país considerado como tal o país de residência do cliente. **3.6. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias primas - custo de aquisição, considerando o critério do custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

Vida útil estimada

Prédios	25 anos
Benfeitorias	10 anos
Instalações industriais	10 anos
Máquinas e equipamentos	14 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramental de produção	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil do ativo imobilizado é revisado para perda ao valor recuperável quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. **3.8. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis de vida útil definida da Companhia são formados por softwares e licenças, que estão sendo amortizados ao longo da sua vida útil (estimada em 5 anos), e por gastos com desenvolvimento de projetos que atendem aos critérios estabelecidos no CPC 04 para capitalização, amortizados ao longo de sua vida útil (estimada em 7 anos). A Companhia avalia seus ativos intangíveis anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **3.9. Tributação:** Impostos sobre vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12% e 17%	
COFINS - Contrib. para Seguridade Social	7,60%	
PIS - Programa de Integração Social	1,65%	
ISSQN - Imposto sobre Serv. de Qualquer Nat.	2% e 4%	

As receitas de vendas e serviços são apresentadas na demonstração de resultado, líquidas destes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores

continuação >>> **Palfinger Brasil S/A CNPJ 88.613.856/0001-83**

a) **ICMS e IPI a recuperar:** Os saldos são gerados nas operações comerciais da Companhia podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Sobre as aquisições de imobilizado também há geração de créditos que serão aproveitados conforme regramento cabível. b) **PIS e COFINS a recuperar:** Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS gerados nas operações comerciais da Companhia, sobre aquisição de insumos e ativo imobilizado. Tais montantes serão compensados com tributos da mesma natureza e/ou impostos e contribuições federais. c) **Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. Os créditos de impostos a recuperar são classificados no ativo circulante e não circulante com base na expectativa de realização dos créditos.

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
9. Imobilizado:									
Custo do imobilizado									
Terenos	9.611	-	-	-	9.611	-	-	-	9.611
Prédios	12.861	-	-	153	13.014	-	-	244	13.258
Beneficólicas	861	-	-	66	927	-	-	37	964
Instalações Industriais	9.324	-	-	3.178	12.502	-	(10)	1.509	14.001
Máquinas, equipamentos e acessórios	57.663	913	(610)	18.614	76.580	1.222	(1.146)	4.051	80.707
Móveis e utensílios	2.054	55	(246)	94	1.957	63	(5)	4	2.019
Equipamentos de informática	7.707	672	(993)	201	7.587	1.010	(355)	178	8.420
Veículos	866	-	(411)	59	514	-	-	-	514
Imobilizado em andamento	22.543	8.141	(9)	(22.766)	7.909	19.751	-	(6.032)	21.628
Total	123.490	9.781	(2.269)	(401)	130.601	22.046	(1.516)	(9)	151.122
Depreciação									
Prédios	(9.057)	(374)	-	-	(9.431)	(279)	-	-	(9.710)
Beneficólicas	(276)	(82)	-	-	(358)	(89)	-	-	(447)
Instalações Industriais	(5.039)	(859)	-	-	(5.898)	(941)	10	-	(6.829)
Máquinas, equipamentos e acessórios	(28.717)	(4.285)	510	-	(32.492)	(4.325)	1.122	-	(35.695)
Móveis e utensílios	(1.206)	(141)	245	-	(1.102)	(148)	2	-	(1.248)
Equipamentos de informática	(3.970)	(1.156)	987	-	(4.139)	(1.261)	326	-	(5.074)
Veículos	(816)	(46)	411	-	(451)	(21)	-	-	(472)
Total	(49.081)	(6.943)	2.153	-	(53.871)	(7.064)	1.460	-	(59.475)
Valor residual	74.409	2.838	(116)	(401)	76.730	14.982	(56)	(9)	91.647

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. As transferências no montante de R\$ (9) em 2025 referem-se a softwares que inicialmente foram classificadas como ativo em andamento e na finalização do projeto de implantação passaram para a conta de Softwares e Licenças no grupo dos Ativos Intangíveis.

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
10. Intangível:									
Custo do intangível									
Softwares e licenças	5.704	3	-	401	6.108	-	-	9	6.117
Ágio na incorporação de investimento	4.204	-	-	-	4.204	-	-	-	4.204
Total	9.908	3	-	401	10.312	-	-	9	10.321
Depreciação									
Softwares e licenças	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)	(177)	-	-	(5.690)
Total	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)	(177)	-	-	(5.690)
Valor residual	4.556	(158)	-	401	4.799	(177)	-	9	4.631

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável. Em 2025 os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 4.582 (R\$ 3.408 em 2024) e por não atenderem aos critérios de capitalização, foram lançados ao resultado como custos e despesas operacionais.

11. Arrendamentos: Na data de início de cada contrato de aluguel, é realizada a avaliação se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia utiliza uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. **11.1 Ativo de direito de uso:** O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento e é depreciado linearmente pela vida útil do contrato ou pela vida útil do ativo que está sendo arrendado. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A composição e movimentação dos ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está abaixo apresentada:

12. Transações com partes relacionadas: a) **Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, e partes relacionadas:

Controladas por acionistas da Palfinger Brasil S/A	Saldos									
	Contas a receber p/vendas	Contas a pagar p/compras	Mútuos a pagar	Vendas de produt.	Comissões	Compra de prod. e serviços	Desp. financ.	Desp. com direitos de uso tecnol.	Outras despesas operac.	Outras receitas operac.
Andres N. Bertotto S.A.I.C.	33.859	6.994	-	44.848	-	21.448	-	-	-	2
Saldo em 31/12/2024	25.788	9	-	34.602	-	5.226	-	-	-	2
Epsilon Kran GmbH	23	2.797	-	-	-	10.754	-	-	-	23
Saldo em 31/12/2024	-	1.737	-	-	-	1.019	-	-	-	-
Palfinger Europe GmbH	-	12.474	-	-	-	91.738	-	5.254	29	165
Saldo em 31/12/2025	48	21.362	-	-	-	56.000	-	1.899	-	146
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger AG	42	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger US Holding Inc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Tail Lifts GmbH	94	-	-	-	-	-	-	-	-	527
Saldo em 31/12/2025	36	-	-	-	-	2	-	-	-	604
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Omaha Standard LLC	4.826	-	-	17.670	76	-	-	-	-	30
Saldo em 31/12/2025	2.123	-	-	21.607	114	1	-	-	-	36
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Cranes India	-	-	-	4.120	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	1.961	-	-	2.911	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger EMEA GmbH	-	318	31.265	-	8.603	2.491	4.861	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	346	30.996	-	7.954	2.310	3.979	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger INC	-	-	-	-	370	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	-	800	4	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger North America LLC	85	-	-	-	-	-	-	-	-	1.407
Saldo em 31/12/2025	87	-	-	-	-	-	-	-	-	1.950
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Interlift LLC	96	-	-	-	-	-	-	-	-	503
Saldo em 31/12/2025	130	-	-	-	-	-	-	-	-	786
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipment Technology LLC	-	-	-	15	-	4	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	2	-	146	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Asia Pacific Pte Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	597	-	10	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Lifting Solutions Italy S	-	-	-	-	-	1.762	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-	-	-	-	1.714	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 2025	39.025	22.583	31.265	66.653	9.049	128.197	4.861	5.254	61	2.888
Total 2024	30.173	23.454	30.996	59.719	8.868	66.432	3.979	1.899	44	3.646

A Companhia pratica transações de compra com partes relacionadas, referente a aquisição de matérias primas e materiais diretos, aplicados à produção, bem como de produtos prontos. As transações comerciais entre a Companhia e partes relacionadas são realizadas de acordo com condições específicas contratadas e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. **Mútuos com partes relacionadas:** O saldo de mútuo com partes relacionadas do Passivo refere-se a um empréstimo tomado de uma das empresas do grupo Palfinger (Palfinger EMEA GmbH). Os termos deste empréstimo estão demonstrados a seguir:

Principal	Indexador	Data da transação	Vencimento
R\$ 30.000	16,4980% ao ano	12/2022	12/2026

Em dezembro de 2024, o saldo do principal do mútuo entre a Companhia e a Palfinger era de R\$ 30.000, não tendo sofrido alterações durante o exercício de 2025. O mútuo foi renovado em janeiro de 2026, com aplicação de taxa de correção anual de 16,4980%. b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e benefícios)	1.742	2.092
Total	1.742	2.092

A Companhia não pagou remuneração em outras categorias de benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações às suas pessoas-chaves da administração.

13. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos

ex-funcionários) ações de sua própria emissão, com o objetivo de futuramente cancelar estas ações. O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 95 (2024 R\$ 95). d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 2025 a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que os juros sobre capital próprio foram imputados como tal.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	47.157	37.192
Constituição da reserva legal (5%)	(2.358)	(1.860)
Base de cálculo dos dividendos	44.799	35.332
Total de dividendos mínimos - 25%	(11.200)	(8.833)
JCP constituídos em substituição aos dividendos	23.923	8.797
Total de dividendos mínimos constituídos	-	(36)

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2025 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 23.923 (R\$ 8.797 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.545 em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

	2025	2024
Passivo Não Circulante		
Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	7.712	25.176
Conv. de JCP dos acion. maior, em capital social	-	-
Pag. de div. e juros sobre cap. próp. aos acion.	-	(24.976)
Divid. mínimos obrig. constituídos no exercício	-	36
Juros sobre capital próprio líquidos de IRRF constituídos no exercício	20.327	7.476
Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.039	7.712

	31/12/25	31/12/24
15. Receita líquida de vendas:		
Receita bruta de vendas	638.642	509.040
Mercado interno	535.584	414.470
Mercado externo	119.958	108.200
Ajuste a valor presente - AVP	(16.900)	(13.630)
Deduções das receitas de vendas	(18.778)	(5.320)
Devolução de vendas	(85.685)	(68.137)
Impostos sobre a venda	534.179	435.583
Receita Operacional Líquida	31.12/25	31/12/24

16. Despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Apresentamos a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/25	31/12/24
Despesas por função		
Custo dos produtos vendidos	(405.472)	(322.619)
Despesas com vendas	(61.878)	(53.015)
Despesas gerais e administrativas	(14.854)	(24.469)
Despesas por natureza	(482.204)	(400.103)
Materia prima e materiais de uso e consumo	(323.008)	(252.380)
Despesas com pessoal	-	-
Ordenados e salários	(49.877)	(45.013)
Custos de encargos sociais (INSS e FGTS)	(19.217)	(18.134)
Demais benefícios	(11.787)	(9.450)
Serviços e consultorias	(16.925)	(14.392)
Depreciação e amortização	(7.736)	(7.567)
Comissões	(7.300)	(5.494)
Viagens nacionais e internacionais	(2.978)	(2.974)
Fretes	(11.273)	(8.489)
Ações judiciais	(712)	(10.939)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(5.760)	(5.356)
Outras despesas	(25.631	

continuação >>>

Palfinger Brasil S/A CNPJ 88.613.856/0001-83

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6 • Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador CRC 1SP255758/O-9

RANDONCORP

RANDONCORP S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 89.086.144/0011-98

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convidamos os acionistas da Randoncorp S.A. ("Companhia"), a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), de modo exclusivamente digital, no dia **29 de abril de 2026**, às 10 horas, considerada, de acordo com o art. 5º, §3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), na sede da Companhia, localizada na Av. Abramo Randon, 770, 1º Andar, Bairro Interlagos, CEP 95055-010, Caxias do Sul (RS), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e a destinação dos resultados do mesmo exercício; **2.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; e, **3.** Fixar a remuneração global dos administradores e dos conselheiros fiscais, para o ano de 2026. Em cumprimento ao Art. 5º da RCVM 81, nos termos do art. 161 da Lei 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), combinado com o Art. 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações ordinárias ou 1% das ações preferenciais, solicitar a instalação do Conselho Fiscal. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do Artigo 126 da LSA, e alterações posteriores, para participar e votar na Assembleia, o acionista ou seu representante legal deverá apresentar os seguintes documentos: (i) peessoa física: documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) peessoa jurídica: atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação. Quando o acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos redigidos em idioma estrangeiro deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, sendo dispensada a tradução juramentada. **(b) Envio de documentação, para participação e votação:** Para participar e votar na AGO, o acionista terá as seguintes opções: Via Boletim de Voto a Distância (BVD): o acionista poderá manifestar sua intenção de voto, enviando o BVD: (a) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências do Banco Itaú; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; e, (c) diretamente à Companhia: (i) acessando o endereço eletrônico (<https://assembleia.ten.com.br/690052304>), para realizar o cadastro com login e senha únicos, (ii) indicando que deseja participar "via Boletim de Voto a Distância", acompanhado da documentação necessária, nos termos indicados abaixo; (iii) preenchendo os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmando o seu voto. Dessa forma o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da RCVM 81, a companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de (BVD) diretamente à companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, e que serão recebidos até o final do dia **25 de abril de 2026**. Caso um acionista deseje alterar os votos enviados por BVD, ele deve alterar o modo de participação na plataforma de "BVD" para "participação ao vivo" e participar da Assembleia oficial, realizando o cadastro até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO, ou seja, até **27 de abril de 2026**. Ao vivo, durante a realização da AGO: para participar da AGO ao vivo, por meio da Plataforma Digital, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão criar cadastro com login e senha no endereço eletrônico (<https://assembleia.ten.com.br/690052304>) até **27 de abril de 2026** (inclusive), sendo a plataforma também utilizada para envio da documentação mencionada no item "(a) representação". Para participar e manifestar seu voto de forma virtual durante a sua realização, o acionista deverá acessar o link acima mencionado, clicar no botão "Acessar Videoconferência" e aguardar o início da assembleia. Na sequência, marcar os votos e confirmar durante as votações. Recomenda-se que o acionista se conecte com, no mínimo, 30 minutos de antecedência, pois não será permitida a entrada após o início da AGO. A Companhia esclarece que cabe aos acionistas e representantes garantirem o funcionamento, conexão e liberações necessárias dos seus dispositivos para a participação digital. Outras recomendações são para que, caso utilizem um computador ou uma rede corporativa, verifiquem se não existem bloqueios de acesso aos domínios "assembleia.ten.com.br" e "zoom.com", tanto para conexão, quanto para habilitação de câmera e microfone. **(c) Informações complementares e documentos relativos à AGO:** O Manual para Participação dos Acionistas com a proposta da administração, informações complementares e orientações detalhadas para a participação na AGO, estão à disposição na sede da Companhia e nos endereços eletrônicos da Companhia, <https://ri.randoncorp.com/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br> e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, www.b3.com.br. **(d) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio dos endereços eletrônicos governanca.corporativa@randoncorp.com ou ri@randoncorp.com ou do telefone (54) 3239-2531 ou 3239-2533, Caxias do Sul, 27 de março de 2026. David Abramo Randon - Presidente do Conselho de Administração.

FRASLE MOBILITY

FRASLE MOBILITY S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 88.610.126/0001-29

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convidamos os acionistas da Frasle Mobility S.A. ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que acontecerá de modo exclusivamente digital, no dia **28 de abril de 2026**, às 10 horas, considerada, de acordo com o art. 5º, §3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), na sede da Companhia, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul (RS), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **1.** Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025; **3.** Estabelecer o número de membros do Conselho de Administração; **4.** Eleger os membros do Conselho de Administração; **5.** Deliberar sobre a caracterização de independência de conselheiros de administração eleitos; **6.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; e **7.** Fixar a remuneração global dos administradores e dos conselheiros fiscais, para o ano de 2026. Em cumprimento com o art. 5º da RCVM 81, nos termos do art. 141 da Lei 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), combinado com o Artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), é de 5% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 horas antes da realização da AGO. Em cumprimento com o art. 5º da RCVM 81, nos termos do art. 161 da LSA, combinado com o art. 4º da RCVM 70, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% do capital votante, solicitar a instalação do Conselho Fiscal. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do Artigo 126 da LSA, para participar e votar na AGO o acionista ou seu representante legal deverá apresentar os seguintes documentos: (i) peessoa física: documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) peessoa jurídica: atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação. Quando o acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas, as quais poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos redigidos em idioma estrangeiro deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, sendo dispensada a tradução juramentada. **(b) Envio de documentação para participação e votação:** Para participar e votar na AGO, o acionista terá as seguintes opções: Via Boletim de Voto a Distância (BVD): o acionista poderá manifestar sua intenção de voto, enviando o BVD: (a) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências do Banco Itaú; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; e (c) diretamente à Companhia: (i) acessando o endereço eletrônico (<https://assembleia.ten.com.br/917005726>), para realizar o cadastro com login e senha únicos, (ii) indicando que deseja participar "via Boletim de Voto a Distância", acompanhado da documentação necessária, nos termos indicados abaixo; (iii) preenchendo os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmando o seu voto. Dessa forma o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcados para a assembleia. De acordo com o art. 27 da RCVM 81, a Companhia estabelece que a Plataforma Digital será o único meio de envio de Boletim de Voto a Distância (BVD) diretamente à companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, e que serão recebidos até o final do dia **24 de abril de 2026**. Caso um acionista deseje alterar os votos enviados por BVD, ele deve alterar o modo de participação na plataforma de "BVD" para "participação ao vivo" e participar da Assembleia oficial, realizando o cadastro até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO, ou seja, até **26 de abril de 2026**. Ao vivo, durante a realização da AGO: para participar da AGO ao vivo, por meio da Plataforma Digital, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão criar cadastro com login e senha no endereço eletrônico (<https://assembleia.ten.com.br/917005726>) até **26 de abril de 2026** (inclusive), sendo a plataforma também utilizada para envio da documentação mencionada no item "(a) representação". Para participar e manifestar seu voto de forma virtual durante a sua realização, o acionista deverá acessar o link acima mencionado, clicar no botão "Acessar Videoconferência" e aguardar o início da assembleia. Na sequência, marcar os votos e confirmar durante as votações. Recomenda-se que o acionista se conecte com, no mínimo, 30 minutos de antecedência, pois não será permitida a entrada após o início da AGO. A Companhia esclarece que cabe aos acionistas e representantes garantirem o funcionamento, conexão e liberações necessárias dos seus dispositivos para a participação digital. Outras recomendações são para que, caso utilizem um computador ou uma rede corporativa, verifiquem se não existem bloqueios de acesso aos domínios "assembleia.ten.com.br" e "zoom.com", tanto para conexão, quanto para habilitação de câmera e microfone; **(c) Informações complementares e documentos relativos à AGO:** O Manual para Participação dos Acionistas com a proposta da administração, informações complementares e as orientações detalhadas para a participação encontram-se à disposição para consulta na sede e nos endereços eletrônicos da Companhia, <https://ri.fraslemobility.com>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br> e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, <http://www.b3.com.br/>. **(d) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@fraslemobility.com ou pelo telefone +55 (54) 3239-1643, Caxias do Sul, 27 de março de 2026. David Abramo Randon - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO

LIGUE
54 3218.1234

Pioneiro